

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY

CONCURSO PÚBLICO
01/2024

ANALISTA DE PROCURADORIA

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

- Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da questão discursiva. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 03 (três) horas é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva e discursiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva e discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio.

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;
- d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 4.

A ilusão da Lua no horizonte

Você já observou a Lua nascendo ou se pondo e teve a impressão de que ela estava maior do que o normal? Todos nós experimentamos essa mesma sensação ao apreciar nosso belo satélite natural próximo ao horizonte. Essa sensação nada mais é do que um simples truque da mente humana e recebeu o nome de ilusão da Lua. Ao invés de um efeito de nossa atmosfera ou algum outro fenômeno físico, acredita-se que ela seja causada pela forma como percebemos o mundo visualmente.

O fenômeno é bem documentado desde o século 4 a.C., quando o filósofo grego Aristóteles sugeriu que a atmosfera da Terra pudesse ampliar a imagem da Lua no horizonte, assim como a água pode fazer com que objetos imersos pareçam ampliados aos nossos olhos.

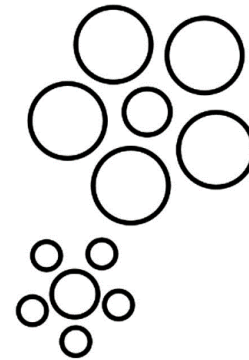
No século 11, o matemático árabe Ibn Al-Haytham desenvolveu a primeira teoria plausível de como a ilusão da Lua funciona, sugerindo que a diferença de tamanho tem a ver com a maneira como nossos cérebros percebem a distância e, então, como ajustamos automaticamente o tamanho aparente de um objeto para corresponder a essa percepção.

Apesar de todas as pessoas ao redor do mundo observarem essa ilusão há milhares de anos, ainda não existe uma explicação científica sólida sobre por que isso acontece. A maioria das respostas hoje em dia se baseia na ideia de como nosso cérebro processa a informação de distância dos objetos. Algumas hipóteses consideram, ainda, que árvores, montanhas e edifícios em primeiro plano podem ajudar a enganar o cérebro, que passa a pensar que a Lua estaria mais próxima e seria maior do que realmente é, por estar cercada por esses objetos.

Há uma ilusão de ótica que demonstra bem essa ideia de tamanho relativo em comparação a elementos no entorno, chamada de ilusão de Ebbinghaus. Na imagem a seguir, o círculo central, cercado por pequenos círculos, representa a Lua no horizonte com objetos em

primeiro plano, como árvores e edifícios. Já na imagem seguinte o círculo central representa a Lua no alto do céu, cercada por grandes extensões de céu. Para muitos, o segundo círculo central parece maior, mas ambos são do mesmo tamanho.

Imagem de <https://skyandtelescope.org/observing/moon-illusion-confusion11252015>.



Porém, essa explicação falha quando analisamos o caso dos astronautas a bordo da Estação Espacial Internacional, em órbita em torno da Terra. Eles também enxergam a ilusão da Lua, mesmo sem ter objetos em primeiro plano como indicação de distância.

Então, esse enigma ainda não foi totalmente resolvido e várias hipóteses ainda estão em discussão. Mas de uma coisa temos certeza: está tudo em nossas cabeças!

FONSECA, N. *A ilusão da Lua no horizonte*. Espaço do conhecimento. Adaptado. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/a-illusao-da-lua/#:~:text=A%20ilus%C3%A3o%20da%20Lua%20desde,pare%C3%A7am%20ampliados%20aos%20nossos%20olhos>.

QUESTÃO 01

De acordo com o texto, conclui-se que:

- (A) As hipóteses acerca da ilusão da Lua ainda não foram comprovadas cientificamente.
- (B) O que causa a ilusão da Lua é o tamanho de objetos em segundo plano.
- (C) A ilusão da Lua é um fenômeno físico causado pela própria atmosfera.
- (D) A ilusão de Ebbinghaus é a teoria que melhor explica a ilusão da Lua.
- (E) A teoria mais bem consolidada a respeito da ilusão da Lua é a de Aristóteles.

QUESTÃO 02

A expressão “*satélite natural*” é empregada, no primeiro parágrafo do texto, para se referir à Lua. Nesse sentido, é um recurso de coesão:

- (A) sequencial por justaposição.
- (B) sequencial por conexão.
- (C) referencial catafórico.
- (D) por elipse.
- (E) lexical.

QUESTÃO 03

A oração introduzida pelo vocábulo “*mesmo*”, no excerto “*Eles também enxergam a ilusão da Lua, mesmo sem ter objetos em primeiro plano como indicação de distância.*”, exprime um sentido:

- (A) conformativo.
- (B) condicional.
- (C) concessivo.
- (D) comparativo.
- (E) causal.

QUESTÃO 04

Analise o seguinte excerto: “[...] *ainda não existe uma explicação científica sólida sobre por que isso acontece.*” Na expressão “*por que*”, que ocorre no excerto dado, a palavra “*que*” tem função gramatical de:

- (A) pronome relativo.
- (B) pronome demonstrativo.
- (C) conjunção integrante.
- (D) conjunção causal.
- (E) advérbio.

QUESTÃO 05

Considere a seguinte estrofe da canção *O queres*, de Caetano Veloso:

“*Onde queres prazer, sou o que dói
E onde queres tortura, mansidão
Onde queres um lar, revolução*”

As vírgulas empregadas no segundo e no terceiro verso da estrofe indicam:

- (A) que as palavras “mansidão” e “revolução” são apostos em seus respectivos versos.
- (B) que as palavras “mansidão” e “revolução” são termos coordenados das orações de seus respectivos versos.
- (C) a elipse do verbo “*queres*”, das orações de seus respectivos versos.
- (D) a elipse do verbo “*sou*”, do primeiro verso da estrofe, no segundo e no terceiro verso.
- (E) a elipse do advérbio “*onde*”, das orações de seus respectivos versos.

QUESTÃO 06

A sentença a seguir em que ocorre verbo que denota sentido figurado é:

- (A) Nesta época do ano escurece mais tarde que o habitual.
- (B) Seu cansaço era tanto que seus olhos pestanejavam lentamente.
- (C) Na madrugada, as estrelas fulguravam no céu.
- (D) Seu projeto de futuro desmoronou com a perda familiar.
- (E) As caixas caíram e logo as taças se estilhaçaram pelo chão.

QUESTÃO 07

Analise as sentenças apresentadas a seguir e identifique em qual alternativa ocorre o emprego **incorreto** do acento indicador de crase.

- (A) À ela tenho que dizer que seu comportamento é nocivo.
- (B) Ninguém é imune à dor de um coração partido.
- (C) O acesso às universidades públicas e de qualidade é um direito de todos.
- (D) O ônibus chega à rodoviária às 19 horas.
- (E) Plantou novas orquídeas, às quais tem dedicado muito tempo ultimamente.

QUESTÃO 08

Verifica-se o emprego de uma conjunção subordinativa de valor conformativo apenas em:

- (A) Não se distraia enquanto está em reunião.
- (B) Justifique sua falta, porque corre o risco de ser reprovado.
- (C) A situação não é bem assim como dizem por aí.
- (D) Seu desempenho na prova foi ruim, conquanto estivesse se preparando há meses.
- (E) Se tivéssemos ido à praia, teríamos encarado uma forte chuva.

QUESTÃO 09

Analise os substantivos apresentados a seguir quanto às suas flexões. Aquele que apresenta **apenas** flexão de número é:

- (A) poetisas.
- (B) trabalhadores.
- (C) riacho.
- (D) gentalha.
- (E) gerentes.

QUESTÃO 10

Nas sentenças a seguir ocorrem diferentes tipos de desvios, segundo a norma-padrão da língua portuguesa. Identifique-os e assinale a alternativa em que o desvio apresentado é apenas de natureza ortográfica.

- (A) Não sei porquê você não gostou do evento.
- (B) Estes documentos requerem uma rúbrica em cada página.
- (C) Eu ajudaria-lhe se tivesse me contado sobre isso.
- (D) Os rapazes fizeram ele se sentir mal com o comentário.
- (E) Quando ver Ana por aí, diga que estou a procurando.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
QUESTÃO 11

De acordo com a Lei Orgânica Municipal, analise as afirmativas abaixo atribuindo (V) para Verdadeira e (F) para Falsa, em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.
Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- () planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;
- () disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- () estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

- (A) F V F
- (B) V F F
- (C) V V V
- (D) V V F
- (E) F F V

QUESTÃO 12

Analise os itens a seguir de acordo com a Lei Municipal nº 851 de 1990 de Paraty, e assinale a alternativa correta.

- I - A reintegração é o reingresso do funcionário no serviço público municipal por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo efetivo.
 II - É permitido à Administração designar funcionário para desempenhar atribuições estranhas às previstas para seu cargo.

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
 (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
 (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 (D) As asserções I e II são proposições falsas.
 (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 13

Lendas Locais. “A Serpente da Matriz”

A lenda da Serpente da Matriz Conta que uma criança, filha de um relacionamento extraconjugal foi deixada sob os pés da imagem de Nossa Senhora dos Remédios. Por encantamento, esta criança transformou-se em uma grande serpente, cuja cabeça fica sob os pés da imagem da Virgem e o corpo se estende ao longo do Rio Perequê-açu.

De acordo com a lenda do **Livro de Paraty**, o que pode ocorrer se algum dia tirarem a imagem do lugar?

- (A) A serpente se movimentará e destruirá a cidade.
 (B) A serpente se tornará uma criança.
 (C) A serpente será vista toda noite.
 (D) A serpente irá desaparecer e o encantamento se quebrará.
 (E) A cidade será inundada e coberta por uma nova vegetação.

QUESTÃO 14

De acordo com o Livro de Paraty, analise as afirmativas abaixo sobre “**os primeiros habitantes**” atribuindo (V) para verdadeira e (F) para falsa, e em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O Município de Paraty era ocupado por duas tribos de índios, antes dos portugueses chegarem aqui: os Xavantes e Goianás.
 () A tribo Xavantes era inimiga dos Portugueses e praticava a antropofagia, ou seja, comia a carne de seus inimigos presos em suas guerras.
 () Os Goianás tinham uma aldeia em Taubaté no Estado de São Paulo e desciam a serra para o lugar onde está hoje a cidade de Paraty nos meses de inverno.
 (A) V V V
 (B) V F V
 (C) F V V
 (D) F F V
 (E) F F F

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Municipal nº 851 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Paraty, qual é a regra para a aposentadoria compulsória?

- (A) A aposentadoria compulsória é concedida mediante solicitação do funcionário, independentemente da idade.
 (B) A aposentadoria compulsória é automática e o funcionário deve continuar comparecendo ao serviço até a formalização do ato.
 (C) A aposentadoria compulsória é automática e o funcionário será dispensado do comparecimento ao serviço a partir do dia em que atingir a idade-limite.
 (D) A aposentadoria compulsória deve ser solicitada pelo funcionário a partir da idade-limite, mas a decisão é tomada pelo órgão competente.
 (E) Para a aposentadoria compulsória o funcionário aguardará em exercício a publicação do respectivo ato, salvo se estiver legalmente afastado do cargo.

QUESTÃO 16

A Lei Complementar Federal nº 95/98 prevê que as leis serão estruturadas em três partes básicas. Acerca destas, considere as seguintes assertivas:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a cláusula de vigência de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, a ementa, as disposições transitórias, se for o caso e a cláusula de revogação, quando couber.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 17

Analisar as afirmativas abaixo atribuindo (V) para Verdadeira e (F) para Falsa, e em seguida assinalar a alternativa com a sequência correta de acordo com o Código Tributário Nacional.

() Imposto é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

() Tributo é o imposto cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

() Os tributos são impostos e taxas apenas.

- (A) V - V - V
- (B) F - F - V
- (C) V - F - V
- (D) F - V - V
- (E) F - F - F

QUESTÃO 18

São **crimes** de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, exceto:

(A) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.

(B) desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.

(C) utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.

(D) apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.

(E) Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título.

QUESTÃO 19

De acordo com o teor normativo previsto no Decreto-Lei nº 201/67, considere as seguintes assertivas acerca dos permissivos para que a Câmara casse o mandato de Vereador:

I – quando ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II – quando fixar residência fora do Município;

(A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições falsas.

(E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 20

Das alternativas abaixo, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios em qual das seguintes situações?

- (A) Para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou de sua iminência.
- (B) Para financiar despesas correntes do governo federal.
- (C) Para custear projetos públicos de longo prazo sem urgência.
- (D) Para equilibrar o orçamento em caso de déficit fiscal.
- (E) Para pagar o período dos servidores públicos.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei de Acesso à Informação - Lei Federal n.º 12.527/11, assinale a alternativa incorreta.

- (A) considera-se informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- (B) considera-se documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- (C) considera-se informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- (D) considera-se informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
- (E) considera-se autenticidade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, uma avaliação sobre:

- (A) A execução das políticas de comércio exterior, demonstrando o impacto econômico e o custo de importações e exportações.
- (B) O cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
- (C) As diretrizes para a política de segurança pública, demonstrando os custos operacionais e o impacto financeiro das ações.
- (D) A gestão das políticas de assistência social, diminuição dos custos dos programas e o impacto nas comunidades beneficiadas.
- (E) A implementação de políticas ambientais, detalhando o custo das ações e o impacto nos índices de sustentabilidade.

QUESTÃO 23

De acordo com a Constituição Federal, qual das alternativas abaixo está correta em relação à elegibilidade do militar alistável?

- (A) O militar alistável, se contar menos de dez anos de serviço, deverá ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (B) O militar alistável, se contar menos de dez anos de serviço, deverá ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
- (C) O militar alistável, se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade, e se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
- (D) O militar alistável, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (E) O militar alistável, se contar menos de dez anos de serviço, não possui condições de elegibilidade.

QUESTÃO 24

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, assinale uma alternativa que indica corretamente a definição de “empregada por preço unitário”.

- (A) Contratação de execução de obra ou serviço por preço certo de unidades determinadas.
- (B) Contratação de execução de obra ou serviço por preço certo e total, sem considerar unidades específicas.
- (C) Contratação de serviços contínuos com preço ajustado conforme o tempo de execução.
- (D) Contratação de execução de obra ou serviço por um preço ajustável de acordo com o mercado.
- (E) Contratação da execução da obra ou do serviço por preço mínimo com possibilidade de reajustes inflacionários.

QUESTÃO 25

Nos termos da Lei Federal n.º 4.320/1964, analise os itens a seguir:

I - a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receita Patrimonial e Receita Industrial.

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, classifica-se como Inversões Financeiras.

III - as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, classificam-se como subvenções econômicas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

QUESTÃO 26

Deverão ser constituídas e reguladas por **contrato de programa**, como condição de sua validade, as obrigações contraídas por ente da Federação, inclusive entidades de sua administração indireta, que tenham por objeto a prestação de serviços por meio de gestão associada ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Analise as afirmativas abaixo atribuindo (V) para Verdadeira e (F) para Falsa, em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.

() O contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o contrato de consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.

() É válida a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.

() O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de programa deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) V - F - F
- (D) F - V - V
- (E) F - F - V

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei 4.320, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, abrangendo, no mínimo, um triênio. Esse quadro deve ser:

- (A) Aprovado por lei ordinária do Congresso Nacional.
- (B) Aprovado por decreto do Poder Executivo.
- (C) Aprovado por resolução do Tribunal de Contas.
- (D) Aprovado por lei complementar proposta pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- (E) Aprovado por portaria do Tribunal de Contas.

QUESTÃO 28

Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre que possível serão correlacionados a **metas** objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

De acordo com a Lei do Orçamento, o que se considera como "metas"?

- (A) Os valores estimados para o financiamento de novos projetos.
- (B) Os objetivos fiscais a serem realizados pelo governo.
- (C) Os resultados que se pretendem obter com a realização de cada programa.
- (D) As diretrizes para a distribuição de recursos entre diferentes setores do programa.
- (E) Os parâmetros para o controle da inflação e do déficit público.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa que descreve corretamente elementos essenciais dos atos administrativos.

- (A) Presunção de Veracidade, Autoexecutividade, Finalidade, Motivação e Objetivo.
- (B) Eficiência, Moralidade, Autoexecutividade, Imperatividade e Forma.
- (C) Impessoalidade, Eficiência, Motivo, Competência e Presunção de Veracidade
- (D) Conteúdo, Forma, Finalidade, Motivo e Competência.
- (E) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Competência.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa incorreta de acordo com a Lei Complementar Federal nº 95/98. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

- (A) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico para a obtenção de clareza.
- (B) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens para a obtenção de ordem lógica.
- (C) usar frases curtas e concisas para a obtenção de clareza.
- (D) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente para a obtenção de precisão.
- (E) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio para a obtenção de ordem lógica.

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição Federal, no que tange aos Direitos Políticos, analise os itens a seguir e em seguida assinale a alternativa correta.

- I - O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os menores de setenta anos.
 - II - O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
 - III - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (C) Apenas o item III está correto.
 - (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa incorreta. De acordo com o Código Civil, a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

- (A) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (B) por protesto, nas condições do inciso antecedente.
- (C) por protesto cambial.
- (D) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- (E) por qualquer ato inequívoco, que importe reconhecimento do direito pelo devedor, exceto extrajudicial.

QUESTÃO 33

Segundo a Lei nº 12.153 de 2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 30 (trinta) salários mínimos.
- (B) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- (C) O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- (D) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- (E) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

QUESTÃO 34

De acordo com a Constituição Federal, qual é o **instrumento básico** de política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes?

- (A) O estatuto da cidade.
- (B) A lei de uso e ocupação do solo.
- (C) O plano diretor.
- (D) O plano de zoneamento urbano.
- (E) A política de desenvolvimento regional.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

- (A) Considera-se furto: apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) Considera-se Concussão: exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (C) Considera-se Peculato: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (D) Considera-se Prevaricação: solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (E) Considera-se condescendência criminosa: Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

QUESTÃO 36

Com base no Código Civil, analise os itens a seguir.

I – prescreve em três anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

II – prescreve em dois anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

III - prescreve em quatro anos a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contados da publicação da ata da assembleia que aprovar o laudo;

IV - prescreve em um ano a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas
- (E) I e IV, apenas.

QUESTÃO 37

No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar - lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca. A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente.

Em quantos dias o direito de preferência do locatário caducará se ele não manifestar, de maneira inequívoca, sua acessibilidade integral à proposta?

- (A) 60 dias
- (B) 15 dias
- (C) 90 dias
- (D) 30 dias
- (E) 45 dias

QUESTÃO 38

O Termo de Parceria, é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público. Considerando o disposto na Lei Federal n.º 9.790/1999, são cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

Estão corretos os itens:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 39

Analise os itens a seguir em relação ao contrato de rateio, previsto na Lei Federal n.º 11.107/2005:

I – O contrato de rateio é o contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.

II - As cláusulas do contrato de rateio poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 40

De acordo com o Código de Processo Civil, analise os itens a seguir:

I - Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 10 (dez) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

II – Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações relativas a direito ou a fato superveniente.

III – O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

IV - Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

- (A) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 41

De acordo com a Constituição Federal, qual é a base e o objetivo da ordem social?

- (A) A ordem social tem como base a livre iniciativa, e como objetivo o crescimento econômico.
- (B) A ordem social tem como base a dignidade humana, e como objetivo a igualdade entre os cidadãos.
- (C) A ordem social tem como base a soberania nacional, e como objetivo a defesa da democracia.
- (D) A ordem social tem como base a educação, e como objetivo o desenvolvimento sustentável.
- (E) A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

QUESTÃO 42

Considerando o Estatuto da Pessoa Idosa é correto afirmar que:

- (A) Os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.
- (B) É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- (C) Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 70 (setenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
- (D) É obrigatório exigir o comparecimento da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos.
- (E) O direito à liberdade consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

QUESTÃO 43

Analise os itens a seguir em relação às Finanças Públicas.

I- A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Conselho Monetário Nacional.

II - É vedado ao banco central negar, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

III - O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Está(ão) incorreto(s) o(s) item(ns).

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 44

Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.340/2006, toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Por quanto tempo o juiz pode garantir a manutenção do vínculo trabalhista da mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando necessário o afastamento do local de trabalho, para preservar sua integridade física e psicológica?

- (A) Até três meses.
- (B) Até 30 dias.
- (C) Até cinco meses.
- (D) Até seis meses.
- (E) Até 60 dias.

QUESTÃO 45

O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, nos termos da Lei Federal nº 9.637/1998, discriminará:

- (A) As atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- (B) As obrigações financeiras da organização social e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, por meio do qual os entes contraentes se comprometem a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do serviço público.
- (C) As atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público.
- (D) O convênio de cooperação entre entes federados: pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos.
- (E) Os procedimentos internos da organização social e os recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.

QUESTÃO 46

Leia:

(...)_____ as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superavit do Orçamento Corrente.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- (A) Contribuições de Melhoria
- (B) Receitas de Capital
- (C) Receitas Patrimoniais.
- (D) Receitas Correntes
- (E) Transferências Correntes

QUESTÃO 47

Analise os itens a seguir de acordo com o Código Penal e em seguida assinale a alternativa correta.

I – Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

II – A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas, ou nela é computada, quando diversas.

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 48

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000, analise as afirmativas abaixo, atribuindo (V) para Verdadeira e (F) para Falsa, e em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.

() Entende-se como ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

() Entende-se como empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

() Entende-se como receita corrente líquida: a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

(A) F V F

(B) V F F

(C) V F V

(D) V V F

(E) F F V

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/1964, como são classificados os créditos adicionais?

(A) Suplementares, especiais e emergenciais.

(B) Ordinários, suplementares e contingenciais.

(C) Ordinários, contingenciais e extraordinários.

(D) Especiais, ordinários e emergenciais.

(E) Suplementares, especiais e extraordinários.

QUESTÃO 50

De acordo com a Constituição Federal, a **propriedade** de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens possui alguma restrição?

(A) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos.

(B) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos.

(C) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras ou estrangeiras desde que tenham sede no País.

(D) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

(E) Em qualquer caso, pelo menos sessenta por cento do capital total das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos.

PROVA DISCURSIVA

Os princípios administrativos podem ser classificados em explícitos e implícitos, conforme estejam ou não expressamente previstos na Constituição Federal de 1988. Os princípios explícitos são aqueles que estão elencados no caput do art. 37 da Constituição, que dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os princípios administrativos implícitos são aqueles que, embora não estejam expressos na Constituição Federal de 1988, decorrem do seu sistema, dos seus valores e dos seus princípios gerais, podendo ser inferidos a partir de normas e dispositivos esparsos em leis infraconstitucionais. Esses princípios são aplicáveis a toda a administração pública, funcionando como complementos e reforços aos princípios explícitos. Dentre eles, destaca-se o princípio da Proporcionalidade, que no caso concreto possui três elementos que devem ser analisados.

Discorra sobre os três elementos da Proporcionalidade.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore o texto, com número mínimo de 06 (seis) e máximo de 30 (trinta) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

